

Começa a discussão da data-base 2022

Fórum das Seis apresenta indicativo de pauta unificada às assembleias de base

Perdas históricas, valorização dos níveis iniciais, condições de trabalho, permanência estudantil, hospitais universitários, retorno presencial seguro... Participe e opine na definição das reivindicações deste ano

A concessão do índice de 20,67% em março/2022, que atende à reivindicação de reajuste emergencial apresentada pelo Fórum das Seis em novembro passado, após a ausência de negociações em 2020 e 2021, não deve ser confundida com a data-base de 2022. As reivindicações que vão compor a Pauta Unificada deste ano estão começando a ser debatidas agora.

Conforme estabelecido desde 1991 entre o Conselho de Reitores (Cruesp) e o Fórum das Seis, maio é o mês em que, todos os anos, as partes devem discutir as reivindicações das categorias. E não só as questões salariais, mas também as relativas às condições de trabalho, à permanência estudantil e a outros temas, como é o caso, neste ano, das condições para o retorno presencial seguro.

As entidades que compõem o Fórum reuniram-se várias vezes para compor um rol de propostas a serem levadas às assembleias de base, que devem acontecer até 6/4. Fique atento/a à convocação da sua entidade. O objetivo é entregar a versão final da Pauta Unificada 2022 aos reitores até meados de abril.

As propostas de reivindicações

O indicativo de Pauta Unificada que o Fórum das Seis remete às assembleias de base contém cinco itens básicos, sobre os quais você confere um resumo a seguir. A íntegra da pré-pauta acompanha este boletim.

I – Salário

O índice de 20,67%, aplicado aos salários de março, corresponde a uma parte da inflação medida entre maio/2012 a fevereiro/2022. Segundo cálculos do Fórum, a inflação de maio/2012 (nossa referência histórica) até fevereiro/2022, calculada pelo Dieese + INPC/IBGE, é de 80,44%. Como tivemos um reajuste acumulado de 53,27% neste período, fica faltando uma reposição de 17,73% para recuperarmos o poder de compra que tínhamos em maio/2012, sem considerar ainda as inflações de março e abril de 2022.

Levando em conta esses números e, também, o baixo comprometimento das folhas de pagamento em relação aos repasses às universidades, o Fórum propõe reivindicarmos:

1) Em maio/2022, o pagamento da inflação dos meses de março e abril/2022 e um plano de médio prazo, a ser executado em 2 anos, com reajustes trimestrais, para a recuperação de perdas, tendo como objetivo recompor o poder aquisitivo de maio/2012 e estabelecer uma política salarial que evite novas perdas.

1.1) Continuidade do grupo de trabalho, com representantes do Cruesp e do Fórum das Seis, para realizar os estudos necessários e elaborar o plano para a recuperação de nossas perdas salariais, conforme citado acima.

2) Compromisso do Cruesp com a valorização dos níveis iniciais das carreiras, tanto salarial como em relação às condições de trabalho, como forma de garantir a qualidade do trabalho realizado nas Universidades e no Ceeteps.

2.1) Entendendo que tal valorização deve compor uma política salarial clara que não dependa diretamente de reformas nas carreiras, reivindicamos a inclusão deste item também como pauta do grupo de trabalho pleiteado no item 1.1



II - Pelo retorno presencial seguro

Tendo em vista o retorno presencial já ser realidade nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, e levando em consideração o cenário pandêmico ainda incerto, o Fórum das Seis reivindica um conjunto de medidas, tendo como base a participação democrática da comunidade. Também pede, entre outros itens, uma proteção transitória aos chamados grupos de risco e às pessoas que convivem com outras nessa situação.

III – Acesso e permanência estudantil/gratuidade ativa

Além da participação democrática dos/as estudantes na gestão das políticas de acesso e permanência, com órgãos paritários e deliberativos, o indicativo de pauta pede dotação orçamentária específica para itens como moradia, restaurantes universitários, bolsas etc.

IV – Condições de trabalho e estudo

Neste tópico, estão as reivindicações de contratações, garantia de vagas em creches, tratamento isonômico aos/as trabalhadores/as terceirizados/as, entre outras.

V – Hospitais Universitários (HU) e Centros de Saúde

O item traz um conjunto de reivindicações voltadas ao caráter público destas unidades, bem como à reversão das privatizações (autarquização, fundações, organizações sociais etc.) já ocorridas. Em especial, a manutenção do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC ou “Centrinho” de Bauru) pela USP.

VI – Centro Paula Souza

Neste último ponto da pauta, pede-se o reconhecimento e respeito ao vínculo existente entre a Unesp e o Ceeteps (órgão do estado de SP responsável pelas ETECs e FATECs).

Pela aprovação do PDL 22, contra o confisco dos aposentados e pensionistas

Frente Paulista estimula participação em audiências públicas do orçamento

As audiências públicas que a Assembleia Legislativa realiza todos os anos em várias cidades, com o objetivo de levantar propostas e reivindicações das comunidades com vistas ao orçamento estadual do ano seguinte, estão sendo neste momento o palco central da luta pela revogação do Decreto 65.021/2020. Editado pelo governo Doria, o decreto impôs uma pesada sobretaxação previdenciária sobre os aposentados e pensionistas estatutários do serviço público paulista.

Desde então, um forte movimento, que une entidades sindicais e movimentos de aposentados e pensionistas, com destaque para a Frente Paulista em Defesa do Serviço Público – da qual fazem parte as entidades do Fórum das Seis –, vem pressionando pela aprovação de um projeto de decreto legislativo, de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL), o PDL 22, que revoga o decreto de Doria. Atualmente tramitando na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa, o PDL 22 está pronto para ir a plenário, mas empacou nas mãos do presidente da CFOP, deputado Gilmaci Santos (Republicanos).

Gilmaci tem sido figura constante nas audiências públicas do orçamento, organizadas pela CFOP, que tiveram início em 17/3. Nas oito já realizadas, nas cidades de Mira Estrela, Rio Preto, Barretos, Guará, Presidente Prudente, Birigui, Dracena e Herculândia, houve manifestações com faixas e cartazes, além de



falas das pessoas previamente inscritas. Ainda restam 21 audiências, como mostra o quadro abaixo.

Como participar

Se você mora num dos municípios onde haverá audiência pública, vá presencialmente e junte-se aos manifestantes que pedem a aprovação do PDL 22 e o fim do confisco dos aposentados e pensionistas. Caso contrário, pode participar *online*, bastando se inscrever no *site* da Assembleia (www.al.sp.gov.br), no ícone “Audiências Públicas do Orçamento”, e seguir as orientações. No dia da audiência correspondente, o *link* da plataforma Zoom será encaminhado através do *e-mail* informado no formulário de inscrição.

CALENDÁRIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ORÇAMENTO 2023			
17/03 Câmara Municipal de Mira Estrela, 18h	18/03 Câmara Municipal de São José do Rio Preto, 10h	18/03 Auditório da IFSP de Barretos, 19h	19/03 Câmara Municipal de Guará, 11h
24/03 Câmara Municipal de Presidente Prudente, 18h	25/03 Câmara Municipal de Birigui, 10h	25/03 Câmara Municipal de Dracena, 19h	26/03 Herculândia Clube, Herculândia, 11h
31/03 Câmara Municipal de Batatais, 18h	01/04 Auditório Unesp Bauru, 10h	02/04 Anfiteatro Municipal de Euclides da Cunha, 11h	07/04 Câmara Municipal de Assis, 18h
08/04 Câmara Municipal de Avaré, 10h	08/04 Centro Com. João Batista Tonon, Coronel Macedo, 19h	09/04 Câmara Municipal de Apiaí, 11h	28/04 Câmara Municipal de Mococa, 18h
29/04 Paço Municipal de Rio Claro, 10h	29/04 Câmara Municipal de Sumaré, 19h	05/05 Câmara Municipal de Itapetininga, 18h	06/05 Câmara Municipal de Boituva, 10h
06/05 Paço Municipal de Jundiá, 19h	12/05 Câmara Municipal de Iguape, 18h	13/05 Câmara Municipal de Embu das Artes, 10h	13/05 Câmara Municipal de Mairiporã, 18h
19/05 Câmara Municipal de Cruzeiro, 18h	20/05 Câmara Municipal de Taubaté, 10h	27/05 Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, 10h	27/05 Câmara Municipal de Praia Grande, 18h
			30/05 Alesp, São Paulo, 15h

Sujeito a alterações

Em defesa do HRAC e contra a entrega às organizações sociais: O Centrinho é da USP!

O Fórum das Seis é uma das dezenas de entidades sindicais e populares que assina uma carta aberta em defesa do Hospital de Reabilitação das Anomalias Craniofaciais, o HRAC. Vinculado à USP de Bauru, o Centrinho, como é carinhosamente chamado, é internacionalmente reconhecido por sua excelência no tratamento de milhares de pacientes do Brasil e do exterior.

A carta, dirigida ao reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, à vice-reitora, Maria Armanda do Nascimento Arruda, e ao Conselho Universitário, pede a revogação de uma resolução aprovada em 2014, que autorizava a desvinculação do HRAC da USP. Desde aquele ano, não houve desdobramentos da medida, em boa parte pela falta de interesse do governo estadual em assumir o Centrinho. Nas últimas semanas, no entanto, o assunto voltou à baila com a declarada intenção da USP de entregar a sua gestão a alguma organização social (OS), ou seja, a uma entidade privada que lucra com os serviços de saúde.

A notícia impulsionou uma forte mobilização dos trabalhadores, pacientes e ex-pacientes do Centrinho e ganhou o apoio em amplos setores da comunidade. Diz um trecho da carta:

“A força motriz dessas mobilizações combina o desejo e a determinação de fazer o que seja necessário para manter o Centrinho como parte inseparável dessa Universidade, com o repúdio aos iniludíveis conflitos de interesses que se expressam: Em primeiro lugar no fato de que entre os que propuseram, defenderam e votaram a desvinculação do HRAC estavam os professores ligados às fundações das faculdades de medicina da USP da capital e de Ribeirão Preto. Fundações estas que agora estão disputando com outras a gestão do HRAC. Em segundo lugar, no discurso falacioso de que a desvinculação dos hospitais seria uma forma da Universidade eliminar gastos, quando de fato, no caso do HRAC, a Universidade vai seguir pagando um corpo de mais de quinhentos funcionários de elevado nível técnico, para que esses prestem serviços para uma instituição de direito privado (OS's).”

O documento reivindica ao reitor e ao Conselho Universitário que pautem o assunto novamente e que a resolução de 2014 seja revogada, mantendo na USP um dos



Manifestação no campus da USP, em Bauru (Reprodução: Sintusp)

melhores hospitais do mundo em reabilitação de anomalias craniofaciais.

Audiência pública e ato

O Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) convida para duas atividades em defesa do Centrinho:

- **Na segunda-feira, 28/3**, 18h, audiência pública virtual, organizada pelo deputado Carlos Giannazi. A transmissão será feita pelo [link https://www.youtube.com/c/AlespOficial](https://www.youtube.com/c/AlespOficial)

- **Na terça-feira, 29/3**, às 13h, ato em frente à reitoria da USP, no campus Butantã.

Assine petição: Centrinho fica na USP

<https://peticaopublica.com.br/?pi=BR123667>

Petição Pública Brasil Criar Abaixo-assinado Login ou Registrar

Petição Pública

Procure Abaixo-Assinados procurar

Apoie este Abaixo-Assinado. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

Abaixo assinado para manter o Centrinho na USP

Para: Ao Reitor, Vice-Reitor e Conselho Universitário da USP

Está ocorrendo a desvinculação do HRAC/Centrinho da USP - Universidade de São Paulo. O novo modelo de gestão proposto NÃO garante aos mais de 120 mil pacientes usuários do HRAC a continuidade nem a qualidade do serviço prestado a população há mais de 55 anos.

Somos a favor do HRAC/Centrinho continue sendo gerido pela Universidade de São Paulo e que atenda o Brasil inteiro.

O HRAC é Referência Internacional
Somos HRAC / Centrinho
Somos USP
Somos Brasil

Já Assinaram

6.180

PESSOAS

Assinar Petição

O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine o Abaixo-Assinado.